

Em 30 anos, privatizações alavancam economia do país



Capítulo 1 - Rodovias
Bandeirantes e Anhanguera, entre as melhores estradas do país. Fotos: Eduardo Knapp/Folhapress



Capítulo 2 - Telefonia
Com celulares, orelhões ficam vazios na estação Sé do metrô, em SP

30 anos de privatização Venda e concessão de ativos estatais avançam e revolucionam economia

Série em 6 capítulos detalha como privatizações multiplicaram investimentos e o acesso a serviços

SÃO PAULO Há três décadas o Brasil realiza um ambicioso programa de privatizações e concessões de empresas e atividades estatais à iniciativa privada que vem revolucionando a paisagem econômica do país.

No período, os brasileiros contaram com a multiplicação do acesso a serviços essenciais, como telefonia e energia, além de melhor infraestrutura em setores como rodoviário, aeroportuário e financeiro.

O salto dos investimentos privados não apenas compensou, mas ultrapassou várias vezes a capacidade que o Estado tinha — e tem — para ampliar ou atualizar serviços básicos à população.

As privatizações e concessões se deram em todos os governos, desde o lançamento do PND (Programa Nacional de Desestatização), no início dos anos 1990. Elas tiveram maior ênfase nos governos Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Com a experiência acumulada e contratos mais sofisticados, o programa ganhou

O que o governo federal ainda controla

47 empresas

445.972 funcionários

R\$ 116,1 bilhões gastos com pessoal em ativos totais

R\$ 187,7 bilhões de resultado líquido em 2021

Fonte: Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais

um novo capítulo a partir dos anos 2000, com as concessões adquirindo o protagonismo.

Segundo Luiz Chrysostomo, que ajudou a construir o PND e coordenou a privatização da Telebras em 1998, a desestatização no Brasil passou por fases distintas, com mudanças

de enfoque ao longo do tempo.

Ela evoluiu das privatizações "puras" iniciais para as concessões, agora combinadas à capitalização de estatais e diluição do capital votante da União, como no caso da Eletrobras.

As maiores privatizações ocorreram entre 1990 e 2000, em especial no governo FHC, quando foram vendidas empresas dos setores de telefonia, siderurgia, extração mineral e bancos.

Cerca de US\$ 100,3 bilhões foram arrecadados no período (em valores nominais), segundo cálculos de Fabio Giambiagi, ex-economista-chefe do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), instituição que coordenou a maior parte das privatizações.

A partir de 2001, a venda de estatais diminuiu e deu lugar às concessões e às PPPs (Parcerias Público-Privadas), aprovadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva — levando à transferência para a iniciativa privada de rodovias e aeroportos, entre outros ativos.

Com a criação do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), no governo Temer, as concessões aceleraram e, com Bolsonaro, houve rodada de transferência de ativos e diluição de capital, além de concessões.

Principais privatizações e concessões

Fernando Collor

- Usiminas

Itamar Franco

- CSN
- Embraer

Fernando Henrique Cardoso

- Telebras
- Vale do Rio Doce
- Bancos Banerj, Banespa e Banestado, entre outros

Luiz Inácio Lula da Silva

- Leilões para construção das usinas de Santo Antônio e Jirau
- Concessão das rodovias Régis Bittencourt e Fernão Dias, entre outras

Dilma Rousseff

- Instituto de Resseguros do Brasil
- Concessões dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos, São Gonçalo do Amarante e Galeão
- Concessão da BR-101, entre outras

Michel Temer

- Distribuidoras de energia
- Linhas de transmissão
- Concessões na área de transporte

Jair Bolsonaro

- Eletrobras
- BR Distribuidora
- Transportadora Associada de Gás
- Refinaria Landulpho Alves
- Concessão da Ferrovia Norte-Sul (trechos central e sul)

tementos), no governo Temer, as concessões aceleraram e, com Bolsonaro, houve rodada de transferência de ativos e diluição de capital, além de concessões.

Segundo o Ministério da Economia, foram arrecadados US\$ 46 bilhões com a venda de participações em estatais e empresas, como a BR Distribuidora e a TAG (Transportadora Associada de Gás), além de ações da Petrobras, Vale e JBS, entre outras. As concessões e parcerias por meio do PPI somaram mais US\$ 32,8 bilhões.

"Arrecadação desses valores é muito significativa. Mas mais importante é a interrelação e o impacto que os investimentos privados geram, até em termos de inovação, em toda a economia, que ficou mais eficiente e dinâmica", diz Pedro Capeluppi, secretário especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados do Ministério da Economia.

Apesar do enxugamento, o Brasil ainda tem 47 estatais sob controle direto do governo federal, que empregam 445.972 funcionários. Em 2021, o gasto com pessoal atingiu R\$ 116,1 bilhões, com muitas remunerações mensais superando R\$ 100 mil, além de participações generosas nos resultados e planos de aposentadoria e saúde muito superiores aos da iniciativa privada.

Uma série de reportagens da Folha detalha em seis capítulos as privatizações e concessões dos últimos 30 anos em rodovias, telefonia, energia, aeroportos, empresas e bancos públicos — e os desafios para tornar os serviços ainda mais acessíveis e baratos à população.



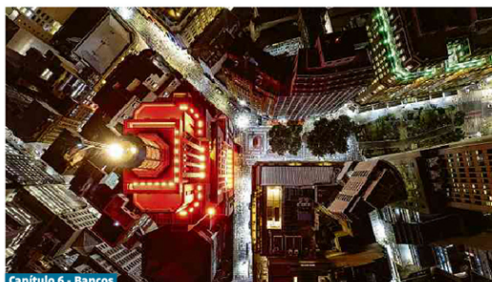
Capítulo 3 - Energia
Torres de energia eólica, que ganha espaço entre as fontes de geração. Raul Spinasse/Folhapress



Capítulo 4 - Aeroportos
Terminal aeroportuário em Guarulhos, construído por concessionária



Capítulo 5 - Empresas
Hangar para montagem de aeronaves da Embraer, privatizada em 1994



Capítulo 6 - Bancos
Vista do prédio do antigo Banespa, hoje Santander, em São Paulo

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 23